

**Morumbi do Brasil Projetos
Imobiliários S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

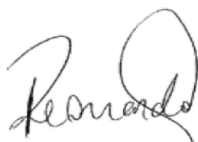
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

RNC – Rio Novo Auditores Independentes SS
CRC 2SP034638/O-0



Robson Leonardo Rodrigues
Contador CRC 1SP210734/O-0

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.267	5.357	Empréstimos e financiamentos	10	21.875	21.855
Contas a receber	5	4.493	3.662	Fornecedores	9	215	215
Despesas antecipadas	6	854	458	Obrigações tributárias	11	1.324	1.263
Demais ativos		<u>39</u>	<u>199</u>	Tributos diferidos	12	668	-
				Demais passivos		<u>-</u>	<u>3.381</u>
Total do ativo circulante		<u>8.653</u>	<u>9.676</u>	Total do passivo circulante		<u>24.082</u>	<u>26.714</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	5.097	5.059	Empréstimos e financiamentos	10	47.314	69.209
Despesas antecipadas	6	181	785	Tributos diferidos	12	740	30
Demais ativos		<u>13</u>	<u>14</u>			<u></u>	<u></u>
Imoveis a comercializar	7	225.264	225.222				
Propriedade para investimento	8	56.985	56.985	Total do passivo circulante		<u>48.054</u>	<u>69.239</u>
Imobilizado	8	<u>562</u>	<u>562</u>				
Total do ativo não circulante		<u>288.102</u>	<u>288.627</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	13	175.729	175.729
				Reservas de lucros e dividendos obrigatórios		<u>48.890</u>	<u>26.621</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>224.619</u>	<u>202.350</u>
Total do ativo		<u>296.755</u>	<u>298.303</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>296.755</u>	<u>298.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	14	43.434	34.892
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(6.600)	(6.045)
Depreciação e amortização	8	(97)	(91)
Amortização de comissão de aluguel		(422)	(370)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	<u>3.383</u>	<u>(1)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>39.698</u>	<u>28.385</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	17	(10.591)	(5.986)
Receitas financeiras	17	<u>262</u>	<u>134</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>29.369</u>	<u>22.533</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	(7.100)	(4.112)
Lucro líquido do exercício		<u><u>22.269</u></u>	<u><u>18.421</u></u>
Lucro por ação básico e diluído por ação (em reais)		<u>0,126724</u>	<u>0,104826</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** **(Valores expressos em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	22.269	18.421
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>22.269</u></u>	<u><u>18.421</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		175.729	860	11.340	-	-	187.929
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.421	18.421
Destinação Proposta:							
- Dividendos Distribuídos	13					(4.000)	(4.000)
- Reserva Legal e retenção de lucros		-	921	13.500		(14.421)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		175.729	1.781	24.840		-	202.350
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.269	22.269
Destinação Proposta:							
- Dividendos obrigatórios não distribuídos	13				10.578	(10.578)	-
- Reserva Legal e retenção de lucros		-	1.113	10.578		(11.691)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		175.729	2.894	35.418	10.578	-	224.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda	29.369	22.533
Depreciação e Amortização	97	91
PIS e COFINS diferidos	343	(451)
Juros s/ Empréstimos	10.589	5.635
	<u>40.398</u>	<u>27.808</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento)/Redução de contas a receber	(869)	4.465
(Aumento)/Redução de estoque de imóveis	(42)	-
(Aumento)/Redução de demais ativos	161	78
(Aumento)/Redução de impostos a recuperar	-	4
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas	208	367
Aumento/(Redução) de fornecedores e demais passivos	(3.381)	(511)
Aumento/(Redução) de obrigações tributárias	8	326
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.012)	(4.773)
Caixa e equivalentes proveniente das atividades operacionais	<u>30.471</u>	<u>27.764</u>
Das atividades de investimentos:		
Aplicação em imobilizado	(97)	-
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de investimentos	<u>(97)</u>	<u>-</u>
Das atividades de financiamentos:		
Aumento/(Redução) de empréstimos	(21.875)	(21.856)
Pagamento de Juros de empréstimos	(10.589)	(5.635)
Dividendos Distribuídos	-	(4.000)
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(32.464)</u>	<u>(31.491)</u>
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.090)</u>	<u>(3.727)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.357	9.084
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.267	5.357
	<u>(2.090)</u>	<u>(3.727)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. (“Empresa” ou “Morumbi”) foi constituída em 2 de janeiro de 2007, com o objetivo de deter participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; promover a administração de bens próprios, e realizar compra, venda, locação e administração de imóveis próprios. A sede da empresa está localizada na Av. Morumbi 7.395, Vila Cordeiro, São Paulo - SP.

Em 21 de maio de 2007, em Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, foi alterada a sua denominação social de Imobiliária 26 Empreendimentos Ltda., para Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários Ltda., sem alteração de seu objeto social.

Em junho de 2007, a empresa iniciou suas atividades com a aquisição do terreno localizado na Avenida Morumbi, 7.395, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com área aproximada de 39.000m².

Em outubro de 2010, a empresa Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários Ltda., incorporou a empresa Berrini do Brasil Projetos Imobiliários Ltda., e assumiu a construção dos dois edifícios comerciais no terreno da Morumbi.

Em 30 de abril de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, a VR Holdings S.A. torna a ser sucessora legal da empresa VR Desenvolvimento Imobiliário S.A. (antiga acionista da Empresa), sociedade extinta por incorporação.

Em 18 de dezembro de 2019, em Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, foi alterada o tipo jurídico da Empresa, transformando-a de sociedade limitada em sociedade por ações, tornando os atuais sócios à condição de acionistas.

Detalhe do empreendimento

A Torre Z é um empreendimento comercial, triple A, localizado na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 296, Vila Olímpia, São Paulo - SP (antes registrado como Av. Morumbi, 7.395, conforme matrícula). O edifício possui 40.331 m² de área bruta locável (ABL) dividida entre 27 andares e 9 lojas.

Em 16 de outubro de 2013, o empreendimento Torre Z obteve o “Habite-se” emitido pela Prefeitura do Município da Cidade de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 87,8% da área total da Torre Z estava locada, para 17 locatários.

Efeitos da pandemia de COVID-19

No dia 11 de março de 2020 a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2).

As dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, em decorrência das medidas de restrição de pessoas e fechamento temporário de comércio e serviços não essenciais para tentar conter a propagação da doença, desencadearam algumas renegociações de contratos com clientes e cancelamentos de contratos ao longo de 2020.

Mesmo assim, os contratos relevantes firmados ao longo do segundo semestre de 2019, bem como outros contratos menores firmados em 2020 e a atualização expressiva da maioria dos contratos pelo IGPM proporcionaram um aumento das receitas de aluguel de 2020 quando comparadas com 2019. Em 2021 houve a captação de novos contratos, o que proporcionou aumento expressivo da receita e margem de lucro da Empresa em 2022.

A Empresa continuará monitorando as condições de mercado à medida que as informações estiverem disponíveis e avaliando os possíveis impactos, se houver, sobre o valor de seus investimentos imobiliários.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 30 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeitos sobre estas demonstrações financeiras.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa está sujeita no curso normal dos seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matéria cível, tributária, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Empresa poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Valor justo

A Empresa está sujeita a oscilações decorrentes do uso de estimativas na apuração do valor justo que poderá afetar o registro contábil de determinados ativos e passivos financeiros, bem como a análise do valor recuperável de estoques e propriedade para investimentos, conforme mencionado na nota 3 (f).

3 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalente de caixa

A Empresa classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias.

b. Impostos a recuperar

Corresponde a créditos fiscais decorrentes a recolhimentos feitos a maior sobre imposto de renda e contribuição social, PIS e a Cofins, e IRRF sobre rendimentos das aplicações financeiras.

c. Despesas antecipadas

Refere-se a prêmio de seguro pago pela Empresa e amortizado de acordo com a vigência do contrato e, ao pagamento de comissão referente à intermediação do contrato de aluguel, amortizado pelo prazo de locação do imóvel.

d. Estoque de imóveis

São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor, e estão compostos por terrenos, custos de construção que são formados por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário, materiais, mão de obra aplicada e outros correlatos.

Quando o custo de construção do imóvel exceder o fluxo de caixa esperado da sua operação de locação ou venda, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não fosse recuperável. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos balanços não excedem os respectivos valores líquidos de realização.

Ao longo de 2020 os acionistas e a Administração decidiram dedicar esforços no sentido de vender o empreendimento Torre Z, por meio de reuniões e apresentações a potenciais interessados. Tendo em vista a mudança do objetivo da Empresa em relação ao uso do imóvel, a Administração entendeu que seria necessário reclassificar contabilmente de propriedade para investimentos para estoque de imóveis a comercializar, de acordo com o previsto no CPC 28. O objetivo da Empresa em 31 de dezembro de 2022 permanece de venda do imóvel.

A classificação de imóvel entre circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo de comercialização do imóvel. A Administração revisa periodicamente as estimativas de comercialização.

e. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material, mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

De acordo com o pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativo, a Empresa analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo pode estar registrado por valor superior ao seu valor de realização. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima os valores recuperáveis do ativo e caso o valor de realização (valor justo) seja inferior ao valor contábil, efetua o ajuste para refletir o valor de realização do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos.

g. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de créditos bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

h. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar.

A Empresa reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. A Empresa apresenta os seguintes ativos financeiros:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Contas a receber e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados nesta categoria. Esses itens são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Passivos financeiros ao custo amortizado”. A Empresa apresenta apenas passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado, incluindo fornecedores, contas a pagar por aquisição de imóveis e adiantamento de clientes, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

i. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente são apresentados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

j. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar a obrigação nas datas de encerramento dos exercícios, considerando-se riscos e as incertezas relativos à obrigação.

São atualizadas nas datas de encerramento dos exercícios pelo montante estimado das perdas prováveis, com base na opinião dos consultores jurídicos da Empresa.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido. As alíquotas desses impostos são de 15% para o imposto de renda, 10% de adicional de imposto de renda sobre o que ultrapassar R\$ 240 no exercício e de 9% para a contribuição social.

Em 2022 e 2021 a Empresa optou pelo regime de lucro presumido, desta forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas de locação e de 100% sobre receitas financeiras e dos ganhos realizados, sobre a qual aplicam-se as alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) e 9% referentes ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro, respectivamente.

O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos.

O Pronunciamento Técnico CPC 26 estabelece no item 56 que os impostos diferidos ativos e passivos devem ser contabilizados no ativo e passivo não circulante. A Empresa adota como procedimento apresentar os impostos diferidos passivos segregados entre circulante e não circulante, dada a característica de vínculo da tributação com os saldos a receber, que se encontram segregados entre circulante e não circulante e que melhor representa a expectativa de saída de recursos para pagamento de tributos diferidos da Empresa.

I. Patrimônio líquido

Capital Social

O aumento ou diminuição de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto Social da Empresa.

Resultado do exercício (Destinação)

O lucro líquido do exercício apurado, após as deduções de reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Empresa julgar necessárias para a sua segurança, terá a destinação que lhe for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

m. Resultado

Compreende despesas e receitas registradas pelo regime de competência.

n. Receitas de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear. As receitas de locação são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. A linearização das receitas tem por objetivo equalizar as receitas de locação durante o prazo de vigência do contrato, diluindo o impacto decorrente das carências financeiras concedidas.

o. Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Conselho Federal de Contabilidade:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1). Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- IFRS 17 (CPC 50) Contratos de Seguros. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração entende que essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

4 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Bancos	27	85
Aplicações Financeiras (*)	3.240	5.271
	<u>3.267</u>	<u>5.357</u>

- (*) São classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo. Em 2022 e 2021, referiam-se substancialmente a fundos de investimentos de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata com risco insignificante de mudança de valor, realizadas junto a bancos de primeira linha. As aplicações são remuneradas a taxas de até 98% do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento pela administração da Empresa sem ônus.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber	2.609	1.865
Contas a receber diferido – linearização de contratos	7.080	6.955
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(99)	(99)
Total	9.590	8.721
Circulante	4.493	3.662
Não circulante	5.097	5.059

Em 31 de dezembro de 2022, os pavimentos e lojas estavam alugados conforme segue:

9º, 10º, 11º, 12º, parte do 13º pavimentos, sala 9 (1º SS), sala 5 (3º SS), sala 2C (3º SS) e sala 1 (3ºSS): Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda. - contratos de locação com prazos de 120,122,118,84 meses concedendo como carência 13 meses para o início do pagamento. Os contratos de locação tiveram início em 1º de janeiro de 2015, em 1º de novembro de 2015, em 1º de março de 2016 e em 1º de janeiro de 2018 respectivamente. O recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Os contratos das salas vencerão em 31 de dezembro de 2025 e dos andares em 4 de setembro de 2027.

16º pavimento, sala 8B (1º SS), sala 8C (1º SS), Estacionamento: Electrolux do Brasil S.A. – contratos de locação com prazos de 60 meses concedendo como carência 6 meses para o início do pagamento. Os contratos de locação tiveram início em 15 de setembro de 2019 e em 13 de novembro de 2020 respectivamente. O recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Os contratos vencerão em 14 de setembro de 2024, renováveis por mais 60 meses mediante aviso de notificação.

17º e 18º pavimentos: AIG Seguros S.A. – contratos de locação com prazos de 60 meses concedendo como carência 6 meses para o início do pagamento. Os contratos de locação tiveram início em 1º de agosto de 2019, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Os contratos vencerão em 31 de julho de 2024, renováveis por mais 60 meses mediante aviso de notificação.

19º, 20º pavimentos e sala 8D (1ºSS): Banco CSF S.A. - contratos de locação com prazos de 120 e 60 meses com carência de 15 meses para o início do pagamento. Os contratos de locação tiveram início em 28 de novembro de 2017 e 01 de abril de 2020 com término previsto para 28 de novembro de 2027 e 01 de março de 2023 respectivamente. O recebimento do aluguel ocorre todo dia 10 do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV).

21º pavimento e sala 6 (2ºSS): Infor do Brasil Softwares Ltda. - contratos de locação com prazos de 60 meses concedendo como carência 5 meses para o início do pagamento, e contrato da sala com período indeterminado. Os contratos de locação tiveram início em 5 de fevereiro de 2014 e 09 de fevereiro de 2015 respectivamente. O recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Em fevereiro de 2019 foi assinado o segundo aditamento ao contrato, prorrogando o prazo por 60 meses. O contrato do pavimento vencerá em 4 de fevereiro de 2024 e a sala permanecendo em período indeterminado.

23º pavimento: Regus do Brasil Ltda. – contrato de locação com prazo de 120 meses concedendo como carência 12 meses para o início do pagamento. O contrato de locação teve início em 01 de novembro de 2017, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato vencerá em 31 de outubro de 2028, renováveis por mais 60 meses mediante aviso de notificação.

24º, 25º, 26º, 27º pavimentos, sala 8ª (1ºSS) e sala 4 (3ºSS): Procter & Gamble Industrial e Comercial Ltda. - contratos de locação com prazos de 120, 60, 76 e 81 meses com início em 1º de junho de 2014, em 15 de março de 2019, em 01 de fevereiro de 2018 e em 01 de outubro de 2017 respectivamente. Em março de 2019 foi assinado o 9º aditamento do contrato, incluindo o 15º pavimento ao contrato. O recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Os contratos vencerão em 31 de maio de 2024.

Loja 01: Carrefour Comércio e Indústria - contrato de locação com prazo de 48 meses concedendo como carência 3 meses para o início do pagamento. O contrato de locação teve início em 27 de setembro de 2016, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato foi renovado com prazo de mais 48 meses, vencendo em 26 de setembro de 2026.

Loja 02A: Maristella Pinto Mendonça Takikawa (Doceria Dulca) - contrato de locação com prazo de 60 meses concedendo como carência 3 meses para o início do pagamento. O contrato de locação teve início em 1º de agosto de 2016, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Após o vencimento do contrato, o mesmo passou a ter vigência indeterminada, assim como a carência concedida.

Loja 03A: Denise de Souza Santos (Majô) - contrato de locação com prazo de 60 meses concedendo como carência 6 meses para o início do pagamento. O contrato de locação teve início em 15 de setembro de 2022, O valor mensal de locação corresponde a 5% sobre o faturamento da locatária, fixado o valor mínimo em: (i) R\$ 5, para o primeiro ano de vigência do contrato; (ii) As partes estabelecem um desconto sobre o valor do aluguel mínimo a ser aplicado para os 02 primeiros anos de vigência do contrato. O contrato vencerá em 14 de setembro de 2027.

Loja 04: Renan Pinto Mendonça Takikawa (Arabia) – contrato de locação com prazo de 60 meses concedendo como carência 8 meses para o início do pagamento. O contrato de locação teve início em 01 de setembro de 2017, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia útil do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato vencerá em 31 de março de 2023. Concedida carência com vigência indeterminada.

Loja 05: Manuel Fernandes Faria (Rizzo) – contrato de locação com prazo de 60 meses concedendo como carência 5 meses para o início do pagamento. O contrato de locação teve início em 10 de dezembro de 2013, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato venceu em 09 de dezembro de 2018 e foi renovado automaticamente até 31 de março de 2024. Concedida carência com vigência indeterminada.

Lojas 06, 07, 08 e 09: W.M. Nacional Restaurante e Churrascaria Ltda (Grill Hall) - contratos de locação com prazos de 120 meses concedendo como carência 6 meses para o início do pagamento. Os contratos de locação tiveram início em 30 de maio de 2014, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice

Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Os contratos vencerão em 31 de agosto de 2024. Concedida carência vigência indeterminada.

Salas 7 e 8 do SS: Condomínio Novo Cenro - contratos de locação com prazo de 60 meses. Com início em 1 de setembro de 2020, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). Os contratos vencerão em 31 de agosto de 2025.

22º pavimento: IHS Brasil Cessão de Infraestruturas S.A. - contrato de locação com prazo de 60 meses. Com início em 10 de novembro de 2021, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato vencerá em 09 de novembro de 2026. Concedida carência para o período de novembro/2021 a maio de 2022.

15º (1/2) pavimento: Fiberco Soluções de Infraestrutura S.A. - contrato de locação com prazo de 60 meses. Com início em 01 de dezembro de 2021, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato vencerá em 30 de novembro de 2026. Concedida carência para o período de dezembro/2021 a junho de 2022.

13º (1/2) pavimento: Planus Informática e Tecnologia Ltda - contrato de locação com prazo de 60 meses. Com início em 25 de novembro de 2020, o recebimento do aluguel ocorre até o 5º dia do mês subsequente e é corrigido anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGPM/FGV). O contrato vencerá em 24 de novembro de 2025.

Abaixo seguem os valores mínimos futuros e não canceláveis para os próximos anos:

Ano	Valor
2023	41.448
2024	30.168
2025	20.312
2026	18.220
2027	13.370
2028	6.691
	130.209

6 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão aluguel (a)	772	1.194
Seguros	58	49
Fianças	205	-
Total	1.035	1.243
Circulante	854	458
Não circulante	181	785

- (a) Corresponde ao pagamento de comissões referente à intermediação dos contratos de aluguel. Este valor está sendo amortizado pelo prazo de locação do imóvel.

7 Estoque de imóveis

Ao longo de 2020 os acionistas e a Administração decidiram dedicar esforços no sentido de vender o empreendimento Torre Z, por meio de reuniões e apresentações a potenciais interessados. Tendo em vista a mudança do objetivo da Empresa em relação ao uso do imóvel, a Administração entendeu que seria necessário reclassificar contabilmente de propriedade para investimentos para estoque de imóveis a comercializar, de acordo com o previsto no CPC 28. Essa reclassificação ocorreu em novembro de 2020 no valor de R\$ 225.222. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 225.264 (R\$ 225.222 em 2021).

8 Propriedade para investimentos e imobilizado

Movimentação em 2022	Saldo inicial	Aquisições	Depreciação	Saldo final
Propriedade para investimentos				
Terrenos	56.985	-	-	56.985
Total de propriedades para investimentos	56.985	-	-	56.985
Imobilizado				
Equipamentos de Informática	23	-	(10)	13
Máquinas Ap. Equipamentos	107	97	(37)	167
Instalações e Benfeitorias	44	-	(5)	39
Móveis e Utensílios	388	-	(45)	343
Total de imobilizado	562	97	(97)	562
Total geral 2022	57.547	97	(97)	57.547
Total geral 2021	57.639	-	(92)	57.547

a. Taxas de depreciação

Foi utilizado o método de depreciação linear, considerando a vida útil estimada dos ativos, sendo de 5 a 10 anos (10 a 20% aa) para os itens do imobilizado.

9 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores de R\$ 215 (R\$ 215 em 31 de dezembro 2021), está substancialmente representado pelos gastos com obra, engenharia, comissões de aluguéis e despesas condominiais referente as unidades vagas.

10 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures Bradesco (a)	69.647	91.666
Debêntures Bradesco – custos iniciais da transação	(458)	(602)
	<u>69.189</u>	<u>91.064</u>
Parcela circulante	21.875	21.855
Parcela não circulante	47.314	69.209

a) Debêntures

A Morumbi captou em 28 de fevereiro de 2020 o montante de R\$ 132.000, por meio de emissão de 132.000.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única, espécie com garantia real, no valor unitário de R\$ 1 (um real), com o objetivo de reperfilamento de passivo da Emissora, ou seja, liquidação antecipada do financiamento imobiliário contratado junto ao Banco Bradesco S.A. e reforço de capital de giro.

O prazo de vencimento final das debêntures ocorrerá em 28 de fevereiro de 2026. O saldo do valor nominal unitário das debêntures, será pago em 72 parcelas mensais e consecutivas, todo dia 28 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de março de 2020 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures. As debêntures farão jus a juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias do DI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidas de sobretaxa de 1,34% ao ano.

A emissão das debêntures tem como garantias: a alienação fiduciária do imóvel Torre Z e cessão fiduciária de recebíveis da Empresa.

Os empréstimos têm o seguinte cronograma de pagamentos de longo prazo:

A vencer:	
2024	21.855
2025	21.855
2026	3.604
Total	<u>47.314</u>

11 Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL a recolher	1.189	1.136
Pis/Cofins/CSLL/IR retido a recolher	1	1
Pis e Cofins a recolher	134	126
	<u>1.324</u>	<u>1.263</u>

12 Tributos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL diferido	1.054	20
PIS e COFINS diferido	354	10
	<u>1.408</u>	<u>30</u>
Parcela circulante	668	-
Parcela não circulante	740	30

13 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2022, o capital social da Morumbi é de R\$ 175.729 (R\$ 175.729 em 2021), correspondente a 175.729.395 (175.729.395 ações em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal:

Acionista	Nº de mil ações	Valor nominal - em R\$ mil	Porcentagem
VR Holdings.S.A.	87.864,5	87.864,5	50%
Triax Empreendimentos e Participações Ltda.	87.864,5	87.864,5	50%
	<u>175.729</u>	<u>175.729</u>	<u>100%</u>

Destinação dos resultados

O lucro líquido do exercício, após compensação de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação, conforme determina a lei 6.404/76 e/ou estatuto social:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social;
- (ii) 50% do lucro líquido ajustado após destinação da reserva legal para dividendos mínimos obrigatórios;
- (iii) O saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício ficará à disposição da Assembleia Geral, à qual caberá deliberar sobre a sua destinação.

Em cumprimento ao disposto parágrafo 3º do artigo 23 do Estatuto Social da Empresa, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários aos acionistas, no montante de R\$ 4.000, à conta de lucros apurados pela Empresa no exercício de 2021.

Em 2022 não houve pagamento de dividendos e a Empresa registrou os dividendos mínimos do exercício em conta de reserva no patrimônio líquido, para futura aprovação em assembleia de acionistas.

14 Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita de aluguel	45.278	39.289
Efeito de linearização dos contratos de locação	125	(3.021)
Impostos sobre receitas (PIS e COFINS)	(1.969)	(1.376)
	<u>43.434</u>	<u>34.892</u>
Receita líquida		

15 Despesas gerais, administrativas e comerciais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas diversas	(424)	(361)
Despesas de condomínio	(2.434)	(2.665)
IPTU	(2.166)	(3.463)
Consultoria e honorários jurídicos	(1.576)	(492)
Reversão (provisão) de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	-	936
	(6.600)	(6.045)

16 Outras receitas operacionais

A Empresa reconheceu em 2022 o montante de R\$ 3.383 a título de receita obtida com multas e outros acréscimos incorridos em rescisão de contratos de locação.

17 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	262	134
Total de receitas financeiras	262	134
Despesas Financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(10.589)	(5.635)
Descontos Concedidos	-	(349)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
Total de despesas financeiras	(10.591)	(5.986)
Resultado Financeiro	(10.329)	(5.852)

18 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação	29.369	22.533
(x) Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(9.985)	(7.661)
Efeito de impostos sobre:		
Diferença da tributação pelo lucro presumido	2.885	3.549
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.100)	(4.112)

19 Instrumentos financeiros

a. Análise dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros da Empresa referem-se à caixa e equivalentes de caixa (composto por depósitos bancários e aplicações financeiras), contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

b. Exposição e gerenciamento de risco

Administração da Empresa adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos, mencionada a seguir. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolve todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio não representem um risco às suas operações.

Riscos de taxa de juros:

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) correspondente aos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras, e ao Índice de Preços do Mercado (IGP-M), relacionado às atualizações anuais dos contratos de locação.

Riscos de créditos

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Empresa a concentrações de riscos de crédito consistem principalmente de contas a receber, bancos e aplicações financeiras.

Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas cadeias ativas e passivas. O indexador condicionado as aplicações financeiras é o CDI. A Empresa com base em estudos realizados posicionou-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológico e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações.

Objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativas e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tentar minimizar os riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequadas de funções, incluindo autorização independente de operações;

Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;

Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

Documentação de controles e procedimentos;

Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

Desenvolvimento de planos de contingências;

Treinamento e desenvolvimento profissional;

Padrões éticos e comerciais;

Mitigação de riscos, incluindo seguro quando eficaz.

c. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao valor de mercado. A Empresa não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

d. Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos informados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. A Empresa divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações sobre valor justo.

Especificamente quanto à divulgação, a Empresa aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;

Hierarquização em 3 (três) níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com os inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 (três) níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Empresa.

Esses três tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Inputs para ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)

Os investimentos em ativos financeiros nas modalidades de aplicações financeiras em títulos de renda fixa (decorrentes de aplicações automáticas) são classificados no Nível 2, pois a forma de valorização a valor justo ocorre através da cotação de preços de instrumentos financeiros semelhantes em mercados não ativos.

20 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, a VR Holdings S.A e a Triax Empreendimentos e Participações Ltda. e seus controladores.

No exercício de 31 de dezembro de 2022, a Empresa não possuía operações com partes relacionadas.

21 Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura total de seguros era de R\$ 250.000. Os riscos cobertos abrangem principalmente: Incêndio, raios e explosões (R\$ 250.000), danos elétricos (R\$10.000), entre outros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22 Demandas judiciais

Atualmente a Empresa não possui ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, com probabilidade de perdas prováveis. O valor estimado das perdas classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis totaliza R\$ 5.660, e refere-se a processo de execução fiscal relacionado com a cobrança de ITBI de 2010.